1. **FATOS**

Trata-se de ação movida por servidor(a) inativo(a) com o objetivo de obter progressão funcional, bem como seus reflexos aos proventos de aposentadoria, prevista na Lei 5.351/1986, **antigo** Estatuto do Magistério Público Estadual, vigente até o ano 2010, quando substituído pelo novo estatuto trazido pela Lei estadual nº 7. 442/2010.

Conforme será demonstrado ao longo desta defesa, é manifesta a ausência do direito reclamado, devendo ser julgados improcedentes todos os pedidos da exordial pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. **DO DIREITO**

**<FLAG\_INICIAL: PROVA\_VINCULO>**

* 1. **Preliminarmente. Ônus da prova. Necessidade da parte provar que é servidora efetiva.**

É de conhecimento comum que cabe à parte autora provar, de maneira robusta, fatos constitutivos de seu direito, com base nos princípios do ônus da prova.

Portanto, é regra que o autor junte, se tratando de prova documental, já na petição inicial, os documentos essenciais à comprovação de sua pretensão.

Ocorre que a parte autora não comprovou seu tipo de vínculo com o Estado, condição essa imprescindível para se analisar eventual direito à progressão, **já que somente fazem jus às vantagens da carreira servidores ocupantes de cargos públicos, ou seja, somente aqueles aprovados em concurso público, nos termos do art. 37, II da CF**.

Nesse sentido, a parte autora não comprovou pertencer à carreira, ou seja, não comprovou compor o quadro permanente do magistério, portanto, não faz jus às vantagens daquele.

Entendimento diverso – atribuindo direitos inerentes à efetividade, ainda que a servidor que detém a estabilidade excepcional – ofende a Constituição Federal, na forma de pacífica jurisprudência do STF:

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO EM 13.9.2017. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ESTABILIDADE. ART. 19 DO ADCT. **PROGRESSÃO NA CARREIRA. IMPOSSIBILIDADE**. PRECEDENTES. 1. **O Supremo Tribunal Federal tem entendimento de que o servidor estável, nos termos do art. 19 do ADCT, não é efetivo, possuindo somente o direito de permanência no serviço público no cargo em que fora admitido, porém sem incorporação na carreira, não tendo direito a progressão funcional nela, ou a desfrutar de benefícios que sejam privativos de seus integrantes**. 2. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC. Verba honorária majorada em ¼ (um quarto), nos termos do art. 85, § 11, do CPC, devendo ser observados os §§ 2º e 3º do referido dispositivo. (ARE 981424 AgR, Relator(a):  Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 18/12/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-029 DIVULG 12-02-2019 PUBLIC 13-02-2019).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO – SERVIDOR PÚBLICO – ESTABILIDADE ANÔMALA OU EXTRAORDINÁRIA (ADCT, ART. 19) – **EQUIPARAÇÃO COM CARREIRA DE CARGOS EFETIVOS – IMPOSSIBILIDADE** – SUCUMBÊNCIA RECURSAL – MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA – PRECEDENTE (PLENO) – NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES ESTABELECIDOS NO ART. 85, §§ 2º E 3º DO CPC – A EVENTUAL CONCESSÃO DA GRATUIDADE NÃO EXONERA O BENEFICIÁRIO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DECORRENTES DE SUA SUCUMBÊNCIA (CPC, ART. 98, § 2º) – INCIDÊNCIA, NO ENTANTO, QUANTO À EXIGIBILIDADE DE TAIS VERBAS, DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA A QUE SE REFERE O § 3º DO ART. 98 DO CPC – AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.  
(ARE 1053358 ED-AgR, Relator(a):  Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 08/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-153 DIVULG 31-07-2018 PUBLIC 01-08-2018).

I. Servidor Público: estabilidade extraordinária (ADCT/CF/88, art. 19). O Tribunal tem afirmado a sujeição dos Estados-membros às disposições da Constituição Federal relativas aos servidores públicos, não lhes sendo dado, em particular, restringir ou ampliar os limites da estabilidade excepcional conferida no artigo 19 do ato federal das disposições transitórias. **II. Estabilidade excepcional (Art. 19 ADCT): não implica efetividade no cargo, para a qual é imprescindível o concurso público (v.g. RE 181.883, 2ª T., Corrêa, DJ 27.02.98; ADIns. 88-MG, Moreira, DJ 08.09.00; 186-PR, Rezek, DJ 15.09.95; 2433-MC, Corrêa, DJ 24.8.01).** III. Concurso público: exigência incontornável para que o servidor seja investido em cargo de carreira diversa. 1. Reputa-se ofensiva ao art. 37, II, CF, toda modalidade de ascensão de cargo de uma carreira ao de outra, a exemplo do "aproveitamento" de que cogita a norma impugnada. 2. Incidência da Súmula/STF 685 ("É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido"). IV. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente, para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 25, 26, 29 e 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Ceará. (ADI 289, Relator(a):  Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 09/02/2007, DJ 16-03-2007 PP-00019 EMENT VOL-02268-01 PP-00001 LEXSTF v. 29, n. 340, 2007, p. 17-28).

*Servidores públicos detentores da estabilidade excepcional do art. 19 do ADCT. Inclusão no regime próprio de previdência social. Impossibilidade. (...)* ***Os servidores abrangidos pela estabilidade excepcional prevista no art. 19 do ADCT não se equiparam aos servidores efetivos, os quais foram aprovados em concurso público. Aqueles possuem somente o direito de permanecer no serviço público nos cargos em que foram admitidos, não tendo direito aos benefícios privativos dos servidores efetivos.*** *Conforme consta do art. 40 da CF, com a redação dada pela EC 42/2003, pertencem ao regime próprio de previdência social tão somente os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações.  
[*[***ARE 1.069.876 AgR***](http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14028496)*, rel. min. Dias Toffoli, j. 27-10-2017, 2ª T, DJE de 13-11-2017.]*

Assim, requer a esse Juízo que julgue improcedentes os pedidos, diante da ausência de comprovação do alegado, por ser medida de direito.

Caso assim não entenda, que determine à parte autora que comprove o seu tipo de vínculo, confirmando que não se trata de temporário ou estatutário não estável, sob pena de o processo ser extinto sem resolução de mérito, nos termos do art. 321, § único c/c art. 485, I do CPC.

<FLAG\_FINAL: PROVA\_VINCULO>

* 1. **DA PRESCRIÇÃO QUANTO AO ENQUADRAMENTO REALIZADO. ATO ÚNICO DE EFEITOS CONCRETOS. POSIÇÃO PACÍFICA DO STJ.**

A parte autora pretende rever o ato de enquadramento realizado no ano de 2011, sendo patente, portanto, a prescrição de sua pretensão.

Com efeito, em 02 de julho de 2010 entrou em vigor a Lei n. 7.442/2010, tratando sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará (PCCR do magistérioestadual).

A legislação instituiu novo regime jurídico do magistério estadual, revogando tacitamente diversos dispositivos do Estatuto do Magistério (Lei nº 5.351, de 21 de novembro de 1986), entre eles, os atinentes à progressão funcional (horizontal e vertical), níveis e classes da carreira de Professores e Especialistas em Educação.

**À época, o Estado enquadrou todos os professores e o tempo de efetivo exercício no cargo ocupado foi considerado para definição do nível no PCCR, conforme o Decreto nº 189, de 9 de setembro de 2011 (Art. 1º, III e Anexo Único).**

Ou seja, pretende a parte contestar o enquadramento realizado em 2011, entretanto, se entendeu que não foram observadas as progressões que faria jus de acordo com o Estatuto do Magistério, deveria ter feito requerimento administrativo para rever o ato, ou então ajuizado a ação respectiva.

Contudo, é evidente que passados bem mais de cinco anos, a parte autora já não mais pode desfazer aquele, já que não se está diante de omissão da Administração, como faz crer na petição inicial.

**Com efeito, conforme a posição reiterada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o ato de enquadramento ou reenquadramento configura ato único de efeitos concretos, a importar na necessidade de ser observado o prazo prescricional quinquenal para revisão do mesmo**. Vejamos os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. AUSÊNCIA DE CONTROVÉRSIA JURISPRUDENCIAL À ÉPOCA DO JULGADO RESCINDENDO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 343/STF. PROVIMENTO N EGADO.

1. Verifica-se que a jurisprudência do STJ acerca da matéria controvertida já estava pacificada ao tempo do julgado que se pretende rescindir, **no sentido de que o enquadramento ou reenquadramento de servidor público constitui ato único de efeitos concretos que não caracteriza relação de trato sucessivo, de modo que a prescrição incide sobre o próprio fundo de direito**. Não é hipótese, portanto, de incidência da Súmula 343/STF.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.622.349/CE, relator Ministro Paulo Sérgio Domingues, Primeira Turma, julgado em 9/10/2023, DJe de 16/10/2023.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. **REENQUADRAMENTO FUNCIONAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO**. OCORRÊNCIA. ARGUIÇÃO DE NECESSIDADE DE VALORAÇÃO PROBATÓRIA E EQUIPARAÇÃO SALARIAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. VIOLAÇÃO À NORMA CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO EM SEDE DE RECURSO E SPECIAL.

1. Em recurso especial não cabe invocar violação à norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa aos arts. 5º, XXXV, LV, LVI, e 93, IX, da Constituição Federal.

**2. Nos termos da jurisprudência deste Tribunal, o enquadramento ou reenquadramento de servidor público constitui ato único de efeitos concretos que não caracteriza relação de trato sucessivo, de modo que a prescrição incide sobre o próprio fundo de direito.**

3. No mais, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, a fim de que se entenda pela necessidade de valoração das provas dos autos e de equiparação salarial, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante do feito bem como de legislação local, providências vedadas em recurso especial, conforme os óbices previstos nas Súmulas 7/STJ e 280/STF.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 2.177.921/RJ, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 26/6/2023, DJe de 29/6/2023.)

Diante dos precedentes citados, a prescrição fundo de direito é manifesta, pelo que dever ser reconhecida para que seja julgado improcedente o pedido.

* 1. **DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE APLICAR LEI REVOGADA EM 2010. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. AUSÊNCIA DE SUSTENTÁCULO JURÍDICO À RENOVAÇÃO DA PRETENSÃO.**

Ainda que a parte autora não tivesse sido enquadrada no ano de 2011, o que já se demonstrou não ser o caso, a pretensão de aplicar os efeitos da Lei 5.351/86 encontra-se prescrita.

Isto porque, a progressão prevista na Lei Estadual nº 5.351/86 foi revogada pela Lei Estadual nº 7.442/2010. Assim, a parte interessada tinha até o ano de 2015 (cinco anos após a publicação da lei) para reivindicar os efeitos de sua aplicação, dado que não existe direito adquirido a regime jurídico..

E, ainda que se trate de parcela de trato sucessivo, decorrente de omissão do Ente Público em aplicar a progressão (o que se admite apenas para fins de argumentação), o sustentáculo jurídico para defesa da tese arguida **não mais existe desde 2010.**

A obrigação de fazer, materializada na implementação da alteração de nível, só pode utilizar os parâmetros da nova legislação, uma vez que, desde 2010, a situação de fato é regulada de forma diversa.

O fundamento da súmula 85 do STJ é exatamente a renovação mensal da lesão ao direito, na medida em que a omissão se protrai no tempo, desde que o direito pretendido permaneça em vigor.

Nesse sentido, se a alegação é de que houve a aquisição do direito em tal ou qual data, pela teoria da *actio nata* teria o autor 5 anos para buscar a pretensão, a partir do momento em que o Estado deixa de lhe conferir.

Assim, importante analisar doutrina sobre o tema:

*A supressão de vantagem, quando não decorre de lei de efeitos concretos, resulta de ato administrativo expresso, a partir do qual o servidor deixa de perceber dita vantagem.*

*Sendo assim, a partir da publicação no Diário Oficial de tal ato concreto e imediato, ou de qualquer outro meio que confira ciência inequívoca ao servidor público é que se inicia a contagem do prazo de 5 (cinco) anos*. (CUNHA, Leonardo Carneiro da. A FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO, 13ª ED. PÁG. 70.

Diante da alteração legislativa,forçoso reconhecer que está prescrito o pedido de aplicação da legislação revogada.

<FLAG\_INICIAL: PRAZO\_QUINQUENAL\_INATIVIDADE>

* 1. **DA PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. PASSAGEM PARA A INATIVIDADE. EXTINÇÃO DO VÍNCULO COM O ESTADO DO PARÁ. TEMA 516 STJ.**

É patente a incidência da prescrição do fundo do direito tendo como base a promulgação da lei estadual de 2010, em razão da impossibilidade jurídica de se pleitear *ad eternum* direito fundamentado em diploma normativo não mais vigente.

Contudo, caso vossa Excelência eventualmente discorde, o que se admite apenas para fins de argumentação, a adoção de outro marco temporal como início do cômputo do prazo prescricional ainda deve ser considerada, qual seja, **a data da publicação da portaria da aposentadoria da parte autora.**

Com efeito, a concessão da aposentadoria é o marco inicial da mencionada contagem, pois a partir dali extingue-se o vínculo com o Estado do Pará e estabelece-se nova relação jurídica, agora com o Instituto de Gestão Previdenciária – IGEPREV.

Nesse sentido, como a promoção é atribuição do Estado do Pará e não mais persiste vínculo com o mesmo, é evidente a prescrição.

Veja-se, a respeito, decisão do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. APOSENTADORIA. **NÍVEL DIVERSO. REENQUADRAMENTO**. PRESCRIÇÃO. DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTE TRIBUNAL.

I - Na origem, trata-se de ação ordinária em que se pleiteia o recebimento de proventos de aposentadoria com base em nível diverso daquele expresso no ato de aposentadoria. Na sentença, julgaram-se os pedidos prescritos. No Tribunal a quo, a sentença foi mantida.

Interposto recurso especial, teve seu seguimento negado. Seguiu-se por interposição de agravo. No STJ o agravo foi conhecido para não conhecer do recurso especial. Passa-se a analisar o agravo interno (...)

**IV - In casu, a ora agravante pretende a revisão de ato de concessão de aposentadoria para alteração de classe, caracterizando a alegação que a administração lhe nega um direito. A demanda foi ajuizada em mais 5 anos após o ato de aposentação. A prescrição, portanto, atinge o próprio fundo de direito, sendo inaplicável o disposto no enunciado n. 85 da Súmula do STJ**. Nesse sentido: REsp n. 1.829.650/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 3/9/2019, DJe de 5/11/2019; (AREsp n. 652.665, Ministro Humberto Martins, DJe de 27/5/2015.) V - Logo, ausente a comprovação da necessidade de retificação da decisão, uma vez que proferida em consonância com entendimento pacífico deste Tribunal.

VI - Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp n. 1.926.823/RN, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 8/8/2022, DJe de 10/8/2022.)

Recentemente, a primeira seção do STJ, no PUIL 519/RS (18.08.2022), assim decidiu:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI. **SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. DATA DA APOSENTADORIA. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO 1.254.456/PE.**  
2. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.254.456/PE, submetido ao rito dos **recursos repetitivos, firmou o entendimento de que o marco inicial para contagem da prescrição quinquenal para conversão em pecúnia da licença-prêmio adquirida e não gozada se inicia na data em que ocorreu a aposentadoria do servidor público.**

3. Apreciando caso análogo - no qual o acórdão impugnado afastara a prejudicial de prescrição, sob o fundamento de que "o termo inicial do prazo prescricional é a data da aposentadoria ou do registro desta pelo Tribunal de Contas, momento em que o servidor passa a ter direito a conversão das licenças-prêmios, adquiridas e não gozadas, em pecúnia" -, **a Primeira Seção do STJ, após acolher o pedido de uniformização, julgou-o procedente por entender que "a decisão impugnada diverge do entendimento sedimentado no Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do Recurso Especial Representativo da Controvérsia 1.254.456/PE**, razão pela qual deve ser reformada". A propósito: PUIL 1.325/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 7/5/2020.  
4. Agravo interno não provido.

(STJ – PUIL 519 RS)

É manifesta, portanto, a prescrição da pretensão da parte autora.

<FLAG\_FINAL: PRAZO\_QUINQUENAL\_INATIVIDADE>

<FLAG\_INICIAL: SERVIDOR\_TEMPORARIO\_NAO\_ESTAVEL>

* 1. **Da impossibilidade de progressão funcional. Servidor não efetivo. Violação ao tema 1157 do STF.**

Na improvável hipótese de não ser acolhida a prescrição, no que não se acredita, a parte autora não detém efetividade ([PORTARIA]), logo, não faz jus à progressão.

Com efeito, a parte não ocupa cargo público, pois essa qualidade somente pode ser atribuída ao aprovado em concurso público nos termos do arts. 37, II da CF. Nesse sentido, não pertence à carreira, pelo que não pode compor o quadro permanente do magistério, não fazendo jus às vantagens daquele.

Entendimento diverso – atribuindo direitos inerentes à efetividade, ainda que a servidor que detém a estabilidade excepcional decorrente do art. 19 do ADCT – ofende a Constituição Federal, consoante já reconhecido pelo **STF**, no Julgamento do **Tema 1157**:

**É vedado o reenquadramento, em novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, de servidor admitido sem concurso público antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, mesmo que beneficiado pela estabilidade excepcional do artigo 19 do ADCT, haja vista que esta regra transitória não prevê o di-reito à efetividade, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e decisão proferida na ADI 3609 (Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe. 30/10/2014).**

De todo o exposto, a requer a improcedência dos pedidos formulados.

<FLAG\_FINAL: SERVIDOR\_TEMPORARIO\_NAO\_ESTAVEL>

* 1. **DA INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO SOBRE REGIME JURÍDICO. TEMA 24 DO STF. IRREDUTIBILIDADE SALARIAL. PROIBIÇÃO DO EFEITO REPIQUE. DA IMPOSSIBILIDADE DE COMBINAÇÃO DE REGIMES.**

Na improvável hipótese de restarem afastadas as teses acima declinadas, demonstra-se, a seguir, a impossibilidade de combinação dos regimes como pretendido pela parte autora.

Com efeito, em 02 de julho de 2010, entrou em vigor a Lei Estadual nº 7.442/2010 (PCCR), legislação que criou um novo regime jurídico para o magistério estadual e revogou tacitamente várias disposições do Estatuto do Magistério (Lei Estadual nº 5.351, de 21 de novembro de 1986), incluindo aquelas relacionadas à progressão funcional, bem como às referências e classes na carreira docente.

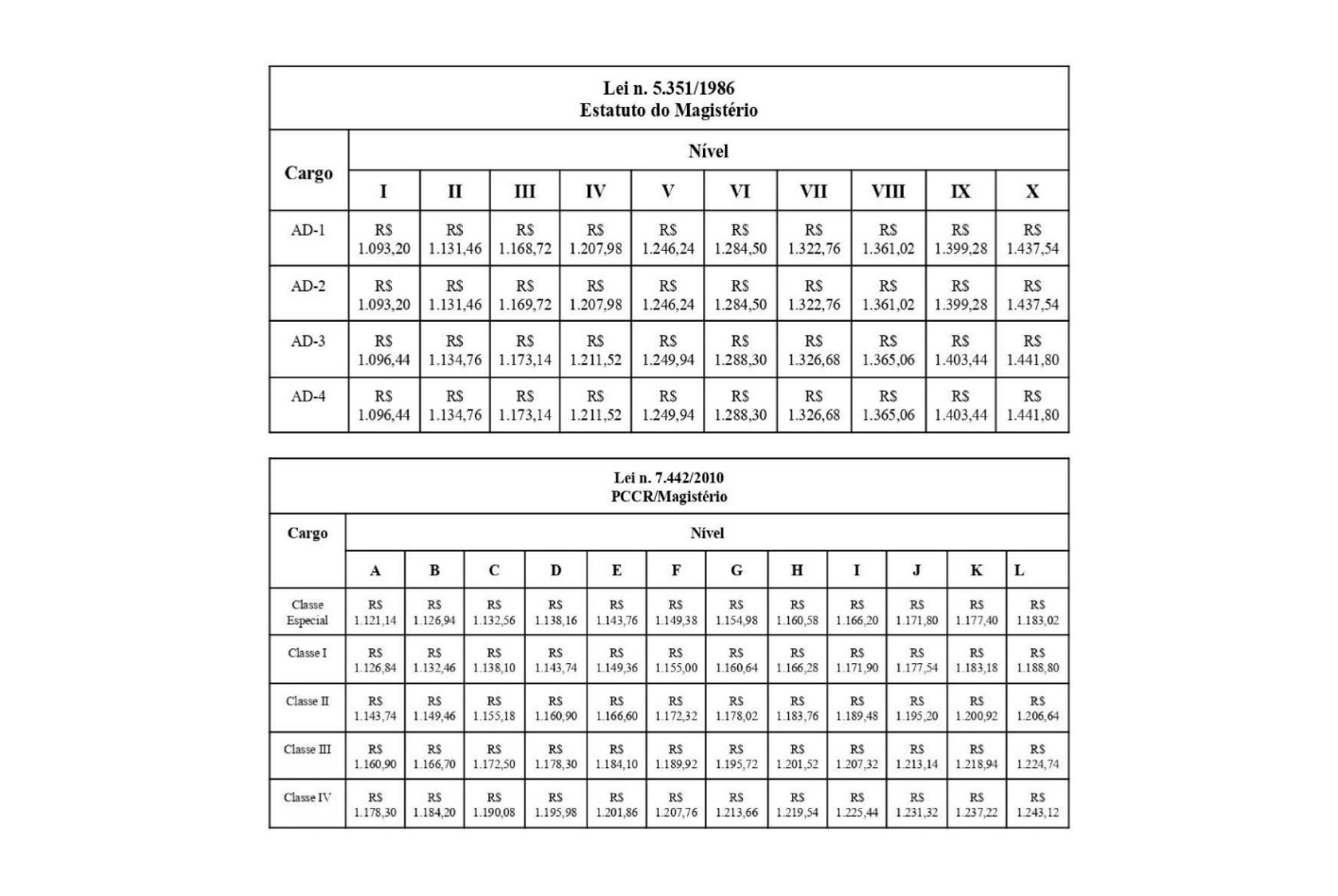
Antes da implementação do PCCR, a progressão horizontal nas carreiras do magistério ocorria a cada dois anos de efetivo exercício na mesma referência, com um aumento de 3,5% no vencimento base para cada avanço, conforme disposto no artigo 8º em combinação com o artigo 18, I, do Estatuto do Magistério. Com o novo PCCR, a progressão foi modificada para um aumento de 0,5% no vencimento base e passou a ocorrer a cada três anos, conforme articulado nos artigos 14 e 25, § 2º do PCCR. Portanto, foi criado um novo regime jurídico destinado aos servidores públicos do magistério estadual.

No processo de enquadramento sob o novo regime, o tempo de efetivo exercício foi levado em conta para a definição do nível, conforme estabelecido pelo Decreto nº 189, de 9 de setembro de 2011 (Art. 1º, III e Anexo Único):

|  |  |
| --- | --- |
| **Enquadramento (PCCR): níveis** | **Tempo de serviço no cargo** |
| A | 0 a 3 anos |
| B | Mais de 3 a 6 anos |
| C | Mais de 6 a 9 anos |
| D | Mais de 9 a 12 anos |
| E | Mais de 12 a 15 anos |
| F | Mais de 15 a 18 anos |
| G | Mais de 18 a 21 anos |
| H | Mais de 21 a 24 anos |
| I | Mais de 24 a 27 anos |
| J | Mais de 27 a 30 anos |
| K | Mais de 30 a 33 anos |
| L | Mais de 33 anos |

O enquadramento no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) teve efeito a partir de 01 de setembro de 2011, de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 479, datado de 5 de julho de 2012.

A tabela remuneratória à época da transição ficou a seguinte:



Frisa-se que as remunerações acima dizem respeito ao vencimento base para carga horária de 200h/aulas no mês.

Nesse contexto de transição de regimes jurídicos, é fundamental considerar a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Tema de Repercussão Geral nº 24 (Leading Case: RE 563.708, rel. min. Cármen Lúcia):

"I - O art. 37, XIV, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 19/98, é autoaplicável;

II - Não há direito adquirido a regime jurídico, notadamente à forma de composição da remuneração de servidores públicos, observada a garantia da irredutibilidade de vencimentos."

Diante dessa tese, fica claro que mudanças na composição da remuneração dos servidores públicos são constitucionais. A Administração pode extinguir parcelas remuneratórias, contanto que observe o princípio da irredutibilidade salarial. E, para determinar se houve redução salarial, é necessário verificar o nível remuneratório do servidor sob a Lei n. 5.351/1986 e compará-lo após o enquadramento. **Se houve redução, o Estado deveria ter concedido a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável (VPNI). Em caso de aumento, não haveria qualquer obrigação estatal.**

No entanto, caso prospere o entendimento da parte adversa que está descrito na petição inicial, a aplicação de progressões obtidas no antigo regime do magistério combinadas com o atual seria totalmente inadequada. **É certo que todo servidor deveria ter sua irredutibilidade salarial garantida com o advento de um novo regime jurídico, mas sem a manutenção de direitos do antigo regime do magistério**.

Uma decisão judicial que obrigasse o Estado a aplicar no contracheque da parte adversa a progressão do antigo regime seria contrária à tese do Supremo Tribunal Federal mencionada, por presumir e chancelar o direito adquirido a um regime jurídico específico, particularmente a uma parcela remuneratória prevista no Estatuto do Magistério que foi tacitamente revogada.

E nesse passo, mister pontuar que segundo o Supremo Tribunal Federal, não há ilegalidade em mudanças na composição da remuneração do servidor, desde que a irredutibilidade salarial seja preservada. Assim, as progressões sob o Estatuto do Magistério não deveriam influenciar a remuneração após o enquadramento no PCCR, para evitar a combinação de regimes jurídicos.

Além disso, caso uma decisão judicial dessa natureza fosse concedida, isso implicaria que os aumentos percebidos pelas progressões atuais servissem de base de cálculo para as progressões do antigo regime, gerando o chamado **efeito repique**. Este é proibido pelo inciso XIV do art. 37 da Constituição Federal e é considerado autoaplicável na tese supracitada. O Supremo Tribunal Federal esclarece:

“I – A jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de que o art. 37, XIV, da Constituição Federal, com redação dada pela EC 19/98, veda o cômputo de vantagem recebida no cálculo de vantagem posterior (cálculo em cascata ou efeito repique), porém não proíbe a concessão de mais de uma vantagem sob o mesmo fundamento, desde que calculadas de forma singela sobre o vencimento básico. (...) (RE 1357399 AgR, Relator: Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, julgado em 22/04/2022).”

Portanto, o acolhimento da pretensão importa em necessário efeito repique, na medida em que o **tempo de efetivo exercício antes do novo regime seria simultaneamente contado para as progressões do antigo regime e para o enquadramento no novo**, de forma que o aumento do vencimento devido pelo enquadramento em nível avançado serviria como base de cálculo para a progressão do antigo regime.

Por mais essa razão, deve ser rejeitada a pretensão para que sejam julgados improcedentes todos os pedidos deduzidos na inicial.

* 1. **PROGRESSÃO FUNCIONAL NÃO PAGA EM ATIVIDADE. EXTENSÃO AO SERVIDOR INATIVO. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 14 DA LEI Nº 7.442/2010.**

Acaso ultrapassado o tópico anterior, o que se admite apenas para fins de argumentação, a lei n° 7.442, de 2 de julho de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará, assim consigna:

**Art. 14. A progressão funcional horizontal dar-se-á de forma alternada, ora automática, ora mediante a avaliação de desempenho a cada interstício de três anos.**

§1º A primeira progressão na carreira dar-se-á de forma automática mediante a aprovação no estágio probatório.  
§ 2º Caso a disponibilidade orçamentária e financeira limite o número de progressões horizontais, o Estado ficará obrigado a efetivá-las em até um ano a contar da data em que o servidor tenha adquirido o direito, lhe sendo resguardado os pagamentos retroativos a data em que tenha satisfeito os requisitos para obtê-la.  
§ 3º Caso a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, não proceda a avaliação de desempenho, o servidor progredirá automaticamente para o próximo nível na carreira, sem prejuízo das progressões futuras.

...........................................................................................

Do Plano de Remuneração  
Art. 25 A remuneração dos servidores de que trata esta Lei corresponderá ao vencimento da Classe e nível do cargo que ocupa, observada a jornada de trabalho, acrescida dos adicionais e gratificações a que fizer jus.  
§ 1º Os cargos de que trata esta Lei terão seus vencimentos iniciais fixados a partir do Nível A, da Classe I, e para as demais Classes conforme a seguir:  
I - O vencimento inicial da Classe II, Nível A corresponderá ao valor do vencimento inicial da Classe I, acrescido de 1,5% (um por cento e cinco décimos);  
II - O vencimento inicial da Classe III, Nível A corresponderá ao valor do vencimento inicial da Classe II, acrescido de 1,5% (um por cento e cinco décimos);  
III - O vencimento inicial da Classe IV, Nível A corresponderá ao valor do vencimento inicial da Classe III, acrescido de 1,5% (um por cento e cinco décimos).  
§ 2º A diferença de vencimento entre os níveis, no caso da progressão horizontal, corresponderá ao acréscimo de 0,5% (zero vírgula cinco décimos percentuais), de um nível para o outro, utilizando-se como base de cálculo, sempre, o vencimento do Nível A da respectiva Classe.

Segundo a lei nº 7.442/2010, a progressão horizontal do servidor será alternada por merecimento ou através de avaliação de desempenho a cada interstício de 3 (três) anos.

Ora, o servidor público **inativo** não faz jus à progressão funcional **por merecimento** ao fundamento de equiparação com os servidores da ativa, por se tratar de benefício personalíssimo, condicionado ao atendimento de requisitos impossíveis de implemento pela parte autora, como é o caso do interstício de atividade.

Verifica-se, outrossim, que a pretendida evolução funcional tem como requisito primordial estar no **efetivo serviço** e, como se sabe, **a parte autora encontra-se na inatividade,** sem ocupar vaga, não mais progredindo na carreira.

Por outro lado, não há possibilidades de alterações a fazer na progressão atual parte da interessada, uma vez que só é possível a **servidores em atividade**, conforme se observa no texto legal, tendo em vista que os fatores exigidos pela lei como, por exemplo, **a avaliação de desempenho** não poderia ser preenchida por servidor aposentado.

Vejamos o entendimento do **Superior Tribunal de Justiça**.

Processo RMS 035574 Relator(a) Ministro HERMAN BENJAMIN

Data da Publicação 19/12/2012. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 35.574 - MT (2011/0215088-4)

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto por Aroldo Pacoal Moraes contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso assim ementado:

MANDADO DE SEGURANÇA - DECADÊNCIA - REJEITADA- SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL APOSENTADO - TÉCNICO DA ÁREA INSTRUMENTAL DO GOVERNO - **REENQUADRAMENTO IMPOSSIBILIDADE - SERVIDOR INATIVO** – NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI N- 7.461/2001 COM AS ALTERAÇÕES DA LEI 9.094/2009 - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO – ORDEM DENEGADA.

Neste sentido também é a posição deste **Tribunal de Justiça do Estado do Pará**:

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2004.3.003921-6 COMARCA: BELÉM RELATORA: Desa. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO. IMPETRANTE: ELIZETE CARDOSO ASSUNÇÃOA. DVOGADO: ORLANDO SÉRGIO PEREIRA MORAES OAB/PA 9564IMPETRADO: SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO PROCURADOR:VERA LÚCIA BECHARA PARDAUIL.

EMENTA: **MANDADO DE SEGURANÇA ADMINISTRATIVO PROFESSOR DA REDE PÚBLICA PROGRESSÃO FUNCIONAL CONCLUSÃO DE CURSO SUPERIOR INSUFICIÊNCIA DE CRITÉRIOS NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS DIREITO LIQUIDO E CERTO NÃO COMPROVADO SEGURANÇA DENEGADA.**

I - PRELIMINARES: Litisconsórcio Passivo Necessário do Estado do Pará Rejeitada; Inépcia da Inicial Rejeitada; Decadência do Direito Rejeitada.

II MÉRITO: **A qualificação profissional é apenas um dos critérios a serem levados em consideração na promoção por merecimento e por si só, não dá azo a progressão funcional que depende de outras avaliações para sua concretização**. Ausente o direito liquido e certo. Segurança denegada. UNANIMIDADE.

SECRETARIA DA 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA APELAÇÃO COMARCA DA CAPITAL PROCESSO Nº 2007.3.007123-6 Apelante: LENILDA ALCÂNTARA DA SILVA e outro Apelado: ESTADO DO PARÁ Relatora: Marneide Trindade P. Merabet. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE VENCIMENTOS. SEGUNDO O ARTIGO 54, § 3º DA LC Nº 22/94, A PROMOÇÃO A ÚLTIMA CLASSE DO POLICIAL CIVIL FAR-SE-Á ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE CURSO ESPECÍFICO, EM CARÁTER ELIMINATÓRIO, SENDO PARA OS DELEGADOS O CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA DE INSTITUIÇÃO OFICIAL DO PAÍS OU ESTRANGEIRO. IN CASU, **A FALECIDA NÃO REALIZOU O REFERIDO CURSO REQUISITO LEGAL EXIGIDO PARA QUE TIVESSE INCORPORADAS VANTAGENS DE PROMOÇÃO FUNCIONAL AOS SEUS PROVENTOS DE APOSENTADORIA**. A AUTORA NÃO POSSUÍA DIREITO À INCORPORAÇÃO A QUANDO DE SUA APOSENTADORIA, JÁ QUE A MESMA EXERCEU O CARGO EM QUESTÃO POR DOIS ANOS CONSECUTIVOS, ENTRETANTO, PARA USUFRUIR TAL DIREITO É NECESSÁRIO QUE O SERVIDOR PERMANEÇA NO CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA POR 5 (CINCO) ANOS CONSECUTIVAS OU 10 (DEZ) ANOS ALTERNADOS, NÃO CABENDO, NO CASO, INCORPORAÇÃO PROPORCIONAL. APELO. CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

Desta forma, observe-se que não há qualquer demonstração nos autos, especialmente nos documentos juntados à inicial, do preenchimento dos requisitos exigidos, devendo tal pedido relativo **ao escalonamento da progressão horizontal ser julgado improcedente nos termos do art. 487, I, do CPC**.

* 1. **SERVIDOR INATIVO OBJETIVANDO PROGRESSÃO FUNCIONAL. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. PRINCÍPIO CONTRIBUTIVO E DO PRÉVIO CUSTEIO (ART. 40, CAPUT E 195, §5º DA CF)**

Está assentado na jurisprudência pátria o entendimento de que o servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico.

Assim, nada impede que Administração realize reestruturação do quadro de carreira dos seus servidores, promovendo respectivas alterações de cargos e do critério remuneratório, desde que tal não implique em redução dos vencimentos.

Em relação ao tema, transcrevemos os seguintes entendimentos da jurisprudência pátria:

**TJPR: 5794007 PR 579400-7 (Acórdão).** Dados Gerais Processo: 5794007 PR 579400-7 (Acórdão) Relator(a): Marco Antonio de Moraes Leite Julgamento: 20/03/2012 Órgão Julgador: 6ª Câmara Cível.

PREVIDENCIÁRIO. REENQUADRAMENTO FUNCIONAL. SERVIDOR INATIVO OBJETIVANDO REENQUADRAMENTO FUNCIONAL DE SEU CARGO EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DA LEI ESTADUAL Nº 13.666/02. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ARTIGO [40](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027008/constituição-da-republica-federativa-do-brasil-1988), [§ 8º](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027008/constituição-da-republica-federativa-do-brasil-1988), DA [CONSTITUIÇÃO FEDERAL](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027008/constituição-da-republica-federativa-do-brasil-1988). INOCORRÊNCIA DE IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. **INVIABILIDADE DE PROMOÇÃO DO SERVIDOR APOSENTADO.** SENTENÇA REFORMADA. RECURSOS DO ESTADO DO PARANÁ E DA PARANAPREVIDÊNCIA CONHECIDOS E PROVIDOS. REEXAME NECESSÁRIO PREJUDICADO.

TJSP - Apelação: APL 314224820118260053 SP 0031422-48.2011.8.26.0053 Dados Gerais Processo: APL 314224820118260053 SP 0031422-48.2011.8.26.0053 Relator(a): Peiretti de Godoy Julgamento: 24/10/2012 Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Público Publicação: 09/11/2012. RITO ORDINÁRIO SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS APOSENTADOS **Pretensão ao reenquadramento dos servidores inativos**, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Lei nº. [1.080](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/298485/lei-1080-08-bombinhas-0)/2008 **Inadmissibilidade** O servidor público não possui direito adquirido a regime jurídico ou forma de composição de vencimentos Inocorrência de redução do valor nominal dos vencimentos (art. [37](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027008/constituição-da-republica-federativa-do-brasil-1988), inc. [XV](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027008/constituição-da-republica-federativa-do-brasil-1988), da [CF](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027008/constituição-da-republica-federativa-do-brasil-1988)). Precedentes do C. Supremo Tribunal Federal Manutenção da r. sentença de improcedência do pedido Recurso desprovido.

Assim, não há que se falar em violação aos preceitos constitucionais, pois não se pode dar tratamento igualitário entre ativos e inativos quanto à vantagem pretendida pela parte autor, cujo recebimento só é possível se estivesse na ativa, mediante cumprimento dos requisitos dispostos na lei.

O art. 40 da CF/88, que prevê o regime de previdência dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece o caráter contributivo do sistema. Vejamos seus termos, *in verbis*:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado **regime de previdência de caráter contributivo** e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste arquivo.

§3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão consideradas as **remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência** de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei. (Grifo nosso)”.

Por sua vez, a previsão de Paridade que existia entre ativos e inativos, até a publicação da Ementa Constitucional nº. 41/03, também alcançava tão somente as vantagens do cargo efetivo e sobre as quais incidia a contribuição previdenciária que custeia os futuros benefícios.

A necessidade de incidir contribuição previdenciária nas verbas levadas para a inativa está expressa no citado art. 40, caput da CF, quando trata do “regime contributivo” e decorre do princípio do prévio custeio, previsto no art. 195, § 5º também da Carta Magna:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: **(...)**

§ 5º - **Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total**.

Ressalta Martins[[1]](#footnote-1) (2009, fls. 59), que “a ideia do princípio é encontrada em qualquer economia doméstica ou empresa: **não se pode gastar mais do que se ganha**”.

Ora, se a parte – de fato - não foi promovida na ATIVA para a referência que entende devida, não houve contribuição sobre o aumento remuneratório pretendido, logo a concessão do pedido na inativa equivalerá à ofensa ao princípio contributivo e do prévio custeio.

Diante do exposto, **deve ser reconhecida a improcedência dos pedidos**, sob pena de ofensa direta aos princípios citados, extraídos do art. 40, caput e art. 195, §5º da CF, normas estas que ficam desde já prequestionada.

* 1. **DA IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS APRESENTADOS PELA PARTE ADVERSA**

Na improvável hipótese de condenação, o Ente Público contesta os cálculos apresentados pela parte demandante e o montante reivindicado na inicial. Qualquer condenação, se ocorrer, **deverá se limitar ao pagamento de uma parcela denominada VPNI, e apenas se comprovada em execução uma redução salarial da parte autora no momento do enquadramento pela Lei Estadual nº 7.442/2010.**

Além disso, os critérios de correção monetária devem ser ajustados para refletir a atualização pela taxa IPCA-E. Quanto aos juros de mora, é importante ressaltar que a contabilização desta verba em momento anterior à citação é inaceitável, pois, à data do ajuizamento, nada era ainda devido a esse título.

**3. DOS PEDIDOS.**

Ante o exposto, requer a esse MM. Juízo que receba a presente contestação, com a sua juntada aos autos, para:

a) Acolher a prejudicial de mérito para que seja reconhecida à prescrição da pretensão, devendo o processo ser extinto, **com resolução do mérito**, conforme estabelece o art. 487, II do CPC (em razão da prescrição para postular direitos em relação a regime jurídico revogado);

b) Seja julgado **improcedente o pedido,**nos termos da fundamentação, condenando a interessada em honorários sucumbenciais;

Nestes termos, pede deferimento.

1. **Direito da Seguridade Social. 27 ed. Atlas, 2009.** [↑](#footnote-ref-1)